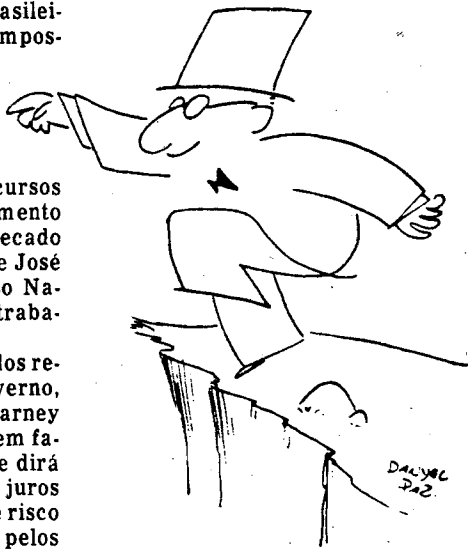


Brasil pode rever condições impostas por credores para negociar a dívida

BRASÍLIA — O Governo brasileiro poderá rever as condições impostas pelos credores estrangeiros para renegociação da dívida externa, se julgá-las prejudiciais à independência do País e à disponibilidade de recursos internos necessários ao crescimento econômico. Este é o principal recado da mensagem que o Presidente José Sarney mandará ao Congresso Nacional, na reabertura de seus trabalhos, no dia 1 de março.

Depois de fazer um balanço dos resultados dos programas de Governo, em 35 páginas de mensagem, Sarney falará sobre a dívida externa, em fase de negociação. O Presidente dirá que o pagamento integral dos juros externos e os **spreads** (taxas de risco adicionais aos juros), exigidos pelos credores, implicaria transferência de elevadas somas de recursos internos para o exterior, sacrificando o crescimento da economia brasileira. Reafirmará que não aceita o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), outra exigência dos credores, porque o Brasil é soberano para adotar suas próprias diretrizes.

O pagamento integral dos compromissos externos, conforme a mensagem coloca, provocaria e desequilíbrio da área pública, maior devedo-



ra externa. Para pagar sua dívida, a área governamental teria de buscar, cada vez mais, recursos no mercado financeiro interno, com a colocação de títulos. Isto provocaria a elevação das taxas de juros internos, prejudicando a área privada, a política de combate à inflação e, consequentemente, o crescimento econômico.

Reafirmando prioridade absoluta para o crescimento, o Presidente Sarney dirá ao Congresso que garantirá, através da política de preços,

as margens de lucro necessárias para que a área privada realize investimentos e sustente o aumento da produção. Avisará, no entanto, que não será tolerante com a especulação de preços.

O Presidente prometerá rigoroso controle do déficit público, que não foi feito em 1985, conforme diz a mensagem. Garantirá, porém, o reajuste dos preços e tarifas públicos (derivados do petróleo, tarifas de energia elétrica e telefônica etc.) de forma realista, acompanhando a inflação.

Para o combate à inflação, dirá Sarney ao Congresso, que é imprescindível a realização do Pacto Social, para eliminar a inflação inercial (aumentos automáticos de preços e salários). E fará uma advertência a empresários, trabalhadores e ao próprio Governo, partes integrantes do Pacto: o crescimento econômico e a justiça social só serão possíveis se o Governo conseguir controlar a inflação.

O crescimento da economia permitirá o aumento do emprego. A meta do Governo, de acordo com a mensagem presidencial, é criar 1,4 milhão de empregos anualmente. Quanto aos salários, o Presidente Sarney dirá que não poderão crescer além da produtividade, como ocorreu em 1985.